



---

---

## O PADRÃO DO GOSTO EM DAVID HUME

### *THE STANDARD OF TASTE IN HUME*

---

---

STIGAR, Robson<sup>1</sup>

---

#### RESUMO

O presente artigo procura destacar a definição de gosto para David Hume, que entende que o gosto é uma questão de hábito, ou seja, varia conforme a realidade vivida. Para Hume não há nenhuma definição metafísica de arte.

**Palavras-chave:** Ceticismo; Gosto; Sentimento.

#### ABSTRACT

This article seeks to highlight the definition of love to David Hume, who believes that the taste is a matter of habit, or varies with the lived reality. For Hume there is no definition of metaphysical art.

**Keywords:** Skepticism; Taste; Feeling.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Religiosas, Licenciado em Filosofia, Bacharel em Teologia, Aperfeiçoamento em Sociologia Política, Especialista em Filosofia da arte, Especialista em Catequética, Especialista em Ensino Religioso, Especialista em Psicopedagogia, Especialista em História do Brasil, Especialista em Educação, Tecnologia e Sociedade, MBA em Gestão Escolar, Mestre em Ciências da Religião na PUCSP; Email: [robsonstigar@hotmail.com](mailto:robsonstigar@hotmail.com).



## Introdução

Este escrito pretende discorrer inicialmente sobre a Filosofia em geral do pensador escocês David Hume, destacando seu caráter cético em relação ao pensamento Filosófico, ou seja, na possibilidade epistemológica de conhecimento. Posteriormente pretendo discorrer sobre a noção de sentimento, visto que única coisa verdadeira é o sentimento.

Hume foi um marco em seu tempo porque se diferenciou dos demais pensadores britânicos, seu esforço intelectual procurou mostrar a influencia dos padrões tradicionais no comportamento. “o método de sua filosofia consiste na observação e generalização, sob a forma de leis, das regularidades detectadas em padrões ordenados e estáveis do comportamento humano. Ele pretende explicar nossa experiência moral, epistêmica, estética e política. No Tratado, isso equivale a mostrar como funciona a mente humana”. (GUIMARAES apud BRITO, 2008, p. 339).

## A filosofia de Hume

O grande ideal de Hume é demonstrar como o entendimento humano funciona. Assim, a estética também é uma questão de gosto. Por ser um feixe de percepções a mente humana, podemos distinguir facilmente sentimentos e percepções.

Para Hume, “mesmo os homens de poucos conhecimentos são capazes de notar as diferenças de gosto dentro do estreito círculo de suas relações, inclusive entre pessoas que foram educadas sob o mesmo governo e quem desde de cedo foram inculcados os mesmos preconceitos” (HUME, 1973, p. 315).

No entender de Hume “a capacidade de perceber de maneira mais exata os objetos mais diminutos, sem permitir que nada escape à atenção e à observação, é reconhecida como a perfeição de cada um

dos sentimentos e faculdades” (HUME, 1973. p. 319). Assim, a sensibilidade consiste em perceber a variação das pequenas diferenças de paladar, “de maneira semelhante, a rápida e aguda percepção de beleza deve ser a perfeição de nosso gosto mental, nenhum homem pode sentir-se satisfeito consigo mesmo se suspeitar que lhe passasse despercebida qualquer excelência ou deficiência de um discurso”.

Contudo, é essa capacidade de percepção que torna o ser humano mais nobre, ou seja, “a delicadeza do gosto pelo espírito ou pela beleza será sempre uma qualidade desejável, porque é a fonte de todos os mais finos e inocentes prazeres de que é suscetível da natureza humana” (HUME, 1973, p. 319).

Portanto, Hume entende que a prática é indispensável para o bom exercício da arte e a compreensão da beleza. Com efeito, procura eliminar todo o tipo de pré-conceito e definição a priori de arte e beleza, o hábito se sobrepõe a tudo isso.

## Impressões e ideias

O ponto de partida da teoria do conhecimento de David Hume (1711-1776) é uma classificação de tudo aquilo que se dá a conhecer como sendo de dois tipos: impressões e ideias.

Cada um admitirá prontamente que há uma diferença considerável entre as percepções do espírito, quando uma pessoa sente a dor do calor excessivo ou o prazer do calor moderado, e quando depois recorda em sua memória esta sensação ou a antecipa por meio de sua imaginação. Estas faculdades podem imitar ou copiar as percepções dos sentidos, porém nunca podem alcançar integralmente a força e a vivacidade da sensação original. O máximo que podemos dizer delas, mesmo quando atuam com seu maior vigor, é que representam seu objeto de



um modo tão vivo que quase podemos dizer que o vemos e que o sentimos. Mas, a menos que o espírito esteja perturbado por doença ou loucura, nunca chegam a tal grau de vivacidade que não seja possível discernir as percepções dos objetos. Todas as cores da poesia, apesar de esplêndidas, nunca podem pintar os objetos naturais de tal modo que se tome a discrição pela paisagem real. O pensamento mais vivo é inferior à sensação mais embaçada (HUME, 2000, p. 35).

As impressões são os dados fornecidos pelos sentidos, tantos internos, como a percepção de um estado de tristeza, quantos externos, como a visão de uma paisagem. O que tenho de mais vivo em minha mente são impressões dos sentidos no momento em que ocorrem: aquilo que vejo aquilo que ouço, e tudo aquilo que os sentidos produzem em mim é o que é mais forte em minha mente.

As ideias são representações da memória e da imaginação e resultam das impressões como cópias modificadas. Se é possível pensar no sabor de uma maçã, essa ideia não é tão forte quanto saborear a maçã e ter a impressão viva do seu sabor. Não encontro impressões complexas, mas ideias sim existem simples e complexas. Minha ideia de maçã é uma ideia complexa cujas ideias simples são a sua cor vermelha, sua textura crespa, seu sabor doce, etc.

Para Hume, o conhecimento só pode ser resultado da associação de ideias, isto é, da conexão de várias impressões por meio de suas cópias, formando ideias complexas. Hume enumera três princípios de associação das ideias: semelhança, contiguidade espacial e temporal, e causalidade.

É evidente que há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou a imaginação, se introduzem mutuamente com certo

método e regularidade. E isto é tão visível em nossos pensamentos ou conversas mais sérias que qualquer pensamento particular que interrompe a sequência regular das ideias é imediatamente notado e rejeitado (HUME, 2000, p. 39).

O princípio de semelhança é aquele que quando vemos algo, por semelhança, associamos a outro; por exemplo: um quadro conduz naturalmente nossos pensamentos para o original. O princípio de contiguidade nos traz a ideia de vizinhança, de proximidade; por exemplo: quando se menciona um apartamento de um edifício, naturalmente se introduz uma investigação ou uma conversa acerca dos outros apartamentos do mesmo edifício. O princípio de causalidade nos traz a ideia de causa e efeito; se pensamos acerca de um ferimento quase não podemos furtar-nos de refletir sobre a dor que o acompanha.

### Dúvidas céticas sobre as operações do entendimento

Como objetos da razão, isto é, da investigação humana, as associações de ideias classificam-se em relação de ideias e relação de fatos. As primeiras correspondem às ciências matemáticas, cujas ideias, imediatamente perceptíveis, são claras e distintas. Suas proposições, por isso, são demonstradas pela simples operação do pensamento e não dependem de algo existente em alguma parte do universo.

Outro é o caso da relação de fatos, a que correspondem todas as associações de ideias por causalidade. Aqui, o que conta não é o encadeamento lógico das ideias, mas a experiência: quem nunca tenha sofrido um ferimento não poderá jamais lhe associar a ideia de dor, pois na ideia de ferimento não há nada que conduza racional e necessariamente à dor. Causa e efeito são eventos distintos e não há nenhum termo intermediário que os una em uma relação necessária; cada vez que algo nos



feriu tivemos também a impressão de dor.

A certeza só pode ser uma crença. Vimos o sol nascer ontem e hoje, e disso formamos a crença? Para Hume, a resposta é apenas uma: por repetição de experiências semelhantes, isto é, por hábito (ou costume). Habitamo-nos a sentir dor quando nos ferimos e acreditamos que o mesmo ocorre com todas as afirmações sobre relações de fato, que constituem as ciências da natureza.

Visto que todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo de entendimento, dizemos sempre que esta propensão é o efeito do costume. Utilizando este termo, não supomos ter dado a razão última de tal propensão. Indicamos apenas um princípio da natureza humana, que é universalmente reconhecido e bem conhecido por seus efeitos. Talvez não possamos levar nossas investigações mais longe e nem aspiramos dar a causa desta causa; porém, devemos contentar-nos com que o costume é o último princípio que podemos assinalar em todas as nossas conclusões derivadas da experiência (HUME, 2000, p. 61).

O ceticismo torna-se inevitável: o conhecimento científico, que sempre pretendeu guiar-se pela razão e pela evidência da intuição e da demonstração para estabelecer relações de causa e efeito, tem bases não racionais, como a crença e o hábito.

### A probabilidade

Hume diz que há uma probabilidade que resulta de uma superioridade de possibilidades a favor de uma das partes e, à medida que a superioridade aumenta, exercendo as possibilidades opostas, recebe um aumento proporcional gerando maior

grau e crença. Para isso Hume dá o seguinte exemplo: se um dado fosse marcado com um algarismo em quatro faces e com outro algarismo nas restantes seria mais provável que saísse uma das quatro do que das duas.

Embora não haja tal coisa como acaso no mundo, nossa ignorância da causa real de qualquer evento tem igual influência sobre o entendimento gerado equivalente tipo de crença ou opinião (HUME, 2000, p.71).

Todavia se mil faces fossem marcadas idênticas e apenas uma fosse diferente a probabilidade seria maior. Com a probabilidade das causas ocorre o mesmo que com a dos acasos. Há algumas causas que são inteiramente uniformes e constantes na produção de determinado efeito e não apresentam nenhum exemplo de falha ou irregularidade em seu procedimento. Por exemplo: o fogo tem sempre queimado e asfixiado a todo ser humano.

Hume afirma que ficará satisfeito se os filósofos virem quão deficiente são todas as teorias vigentes quando discorrem sobre objetos tão curiosos e sublimes. Este texto procura destacar a definição de gosto enfatizando as concepções de arte. Por isso Hume entende que o gosto é uma questão de hábito, ou seja, varia conforme a realidade vivida. Não há, portanto nenhuma definição metafísica de arte.

### Ensaio morais, políticos e literários.

Para Hume, “mesmo os homens de poucos conhecimentos são capazes de notar as diferenças de gosto dentro do estreito círculo de suas relações, inclusive entre pessoas que foram educadas sob o mesmo governo e quem desde de cedo foram inculcados os mesmos preconceitos” (HUME, 1973, p. 315).

Deste modo, há diferentes concepções de gosto que impliquem em diferentes entendimentos acerca do juízo sobre o belo. Nesta perspectiva existe uma contradição entre esses gostos na



historia.

Assim, “é natural que procuremos encontrar um padrão de gosto, uma regra capaz de conciliar as diversas opiniões dos homens, pelo menos uma decisão reconhecida, aprovando uma opinião e condenando outra” (HUME, 1973, p. 316). Porém, esta busca nos parece um tanto difícil dada à multiplicidade de gostos existentes.

Os indivíduos percebem a beleza de modo distinto, por isso “beleza não é uma qualidade das próprias coisas, existe apenas no espírito que as contempla, e cada espírito percebe uma beleza diferente” (HUME, 1973, p. 316). Por conseguinte, tentar estabelecer uma beleza real ou uma deformidade real é infrutífero na mesma proporção de determinar uma doçura real ou um amargor real.

Segundo Hume o fundamento da composição artística é a experiência, portanto não pode ser dado a priori e nem confundida com uma conclusão abstrata do entendimento.

Mas, embora todas as regras gerais da arte assentem unicamente na experiência e na observação dos sentimentos comuns da natureza humana, não devemos supor que, em todos os casos, os homens sintam de maneira conforme a essas regras. Estas emoções mais sutis do espírito são de natureza delicada e frágil, precisam do concurso de grande numero de circunstancias favoráveis para fazê-las funcionar de maneira fácil e exata, segundo seus princípios gerais e estabelecidos. (HUME, 1973, 317).

Desta forma, toda definição de beleza depende da delicadeza de espírito e do contexto existente, bem como momento e lugar adequado. Por isso, é indispensável “uma perfeita serenidade de espírito, concentração de pensamento, a devida atenção ao objeto: se faltar qualquer dessas circunstancias, nosso experimento será

falacioso e seremos incapazes de avaliar a católica e universal beleza” (HUME, 1973, p. 317).

Assim, a sensibilidade consiste em perceber a variação das pequenas diferenças de paladar, “de maneira semelhante, a rápida e aguda percepção de beleza deve ser a perfeição de nosso gosto mental, nenhum homem pode sentir-se satisfeito consigo mesmo se suspeitar que lhe passou despercebida qualquer excelência ou deficiência de um discurso”.

Contudo, é essa capacidade de percepção que torna o ser humano mais nobre, ou seja, “a delicadeza do gosto pelo espírito ou pela beleza será sempre uma qualidade desejável, porque é a fonte de todos os mais finos e inocentes prazeres de que é suscetível da natureza humana” (HUME, 1973, p. 319). Portanto, a maneira de ser aprovado é seguir os costumes estabelecidos pelas nações. Contudo, é na prática das artes que se verifica grande qualidade e delicadeza.

### A metafísica em Hume

A seção IV da Investigação sobre o entendimento humano é uma parte da obra em que o ataque à razão e à metafísica é feito de maneiras clara por David Hume. Uma das questões cruciais da existência é o suceder dos acontecimentos. Hume diz que não se pode basear em nenhuma espécie de raciocínio formal a inferência e as analogias que fazemos em relação aos efeitos de causas semelhantes nas questões de fato.

Não há como saber uma coisa antes que ela aconteça. Hume ataca o pensamento que vai para além dos testemunhos presente dos sentidos e registros da memória. Na seção V, Hume apresenta duas soluções para as dúvidas acima mencionadas. A primeira diz não ser nenhum argumento que nos leva a inferir de qualidades sensíveis semelhantes efeitos semelhantes, mas sim o hábito e a experiência.

Como fonte de tudo que há em nosso



pensamento, são esses “grandes guias de tudo o que acontece na vida humana” que sedimentam e dão origem a nossa preferência de uma probabilidade por outra. O interessante é notar que o pensar e o sentir estão ligados e se afetam de forma recíproca, visto que nunca estamos apenas pensando ou apenas sentindo, mas sempre fazendo os dois ao mesmo tempo, embora em graus diferentes que se alteram.

O conceito de juízo como a união de sujeito e predicado pode ser determinado a priori. Também é sabido a priori que não conhecemos o objeto tal como ele é em si, mas tão somente a nossa representação deste. Se suprimíssemos essa noção de representação, e tentássemos perceber o objeto, não teríamos como reconhecer nos objeto ligações entre eles.

A problemática de Hume em relação a causa-efeito é respondida com a afirmação de que a causa e feito só é válida no âmbito dos juízos hipotéticos, podendo ser entendido como parte da experiência e dos fenômenos. Os juízos racionais são universais e necessários apenas no nível fenomênico.

Deste modo, há diferentes concepções de gosto que implicam em diferentes entendimentos acerca do juízo sobre o belo. Nesta perspectiva existe uma contraditoriedade entre esses gostos na história. Se olharmos a realidade mais de perto percebemos que a histórica se mostra ainda mais controversa e desafiadora. Segundo o autor

Contudo, universalizar tal preceito implica em desconsiderar a diversa quantidade de gostos existente. Assim, “é natural que procuremos encontrar um padrão de gosto, uma regra capaz de conciliar as diversas opiniões dos homens, pelo menos uma decisão reconhecida, aprovando uma opinião e condenando outra” (HUME, 1973, p. 316). Porém, esta busca nos parece um tanto difícil dada à multiplicidade de gostos existentes.

### A verdade do sentimento.

Existe uma Filosofia que distingue sentimento de julgamento e por isso impede de alcançar intento em nossa tarefa. “O sentimento está sempre certo – porque o sentimento não tem outro referente senão ele mesmo, e sempre real, quando alguém tem consciência dele” (HUME, 1973, p. 316). Por isso, um sentimento somente pode ocorrer quando da conformidade entre ele à realidade. Portanto, não existe beleza em objeto a beleza é subjetiva.

Os indivíduos percebem a beleza de modo distinto, por isso “beleza não é uma qualidade das próprias coisas, existe apenas no espírito que as contempla, e cada espírito percebe uma beleza diferente” (HUME, 1973, p. 316).

Por conseguinte, tentar estabelecer uma beleza real ou uma deformidade real é infrutífero na mesma proporção de determinar uma doçura real ou um amargor real. Isto é, a dificuldade para relacionar sentimento e forma, portanto a delicadeza, que é a sensibilidade às emoções mais sutis com o sentido da arte.

Assim, a sensibilidade consiste em perceber a variação das pequenas diferenças de paladar, “de maneira semelhante, a rápida e aguda percepção de beleza deve ser a perfeição de nosso gosto mental, nenhum homem pode sentir-se satisfeito consigo mesmo se suspeitar que lhe passou despercebida qualquer excelência ou deficiência de um discurso”.

Portanto, Hume entende que a prática é indispensável para o bom exercício da arte e a compreensão da beleza. Com efeito, procura eliminar todo o tipo de pré-conceito e definição a priori de arte e beleza, o hábito se sobrepõe a tudo isso.

As impressões são os dados fornecidos pelos sentidos, tantos internos, como a percepção de um estado de tristeza, quantos externos, como a visão de uma paisagem. O que tenho de mais vivo em minha mente são impressões dos sentidos



no momento em que ocorrem: aquilo que vejo, aquilo que ouço, e tudo aquilo que os sentidos produzem em mim é o que é mais forte em minha mente.

Cada um admitirá prontamente que há uma diferença considerável entre as percepções do espírito, quando uma pessoa sente a dor do calor excessivo ou o prazer do calor moderado, e quando depois recorda em sua memória esta sensação ou a antecipa por meio de sua imaginação. Estas faculdades podem imitar ou copiar as percepções dos sentidos, porém nunca podem alcançar integralmente a força e a vivacidade da sensação original. O máximo que podemos dizer delas, mesmo quando atuam com seu maior vigor, é que representam seu objeto de um modo tão vivo que quase podemos dizer que o vemos e que o sentimos. Mas, a menos que o espírito esteja perturbado por doença ou loucura, nunca chegam a tal grau de vivacidade que não seja possível discernir as percepções dos objetos. Todas as cores da poesia, apesar de esplêndidas, nunca podem pintar os objetos naturais de tal modo que se tome a discrição pela paisagem real. O pensamento mais vivo é inferior à sensação mais embaçada (HUME, 2000, p.35).

As ideias são representações da memória e da imaginação e resultam das impressões como cópias modificadas. Se penso no sabor de uma maçã, essa ideia não é tão forte quanto saborear a maçã e ter a impressão viva do seu sabor. Não encontro impressões complexas, mas ideias sim, existem simples e complexas. Minha ideia de maçã é uma ideia complexa cujas ideias simples são a sua cor vermelha, sua textura crespa, seu sabor doce, etc.

Para Hume, o conhecimento só pode ser resultado da associação de ideias, isto é, da conexão de várias impressões por meio de suas cópias, formando ideias complexas. Hume enumera três princípios de

associação das ideias: semelhança, contiguidade espacial e temporal, e causalidade. O princípio de semelhança é aquele que quando vemos algo, por semelhança, associamos a outro; por exemplo: um quadro conduz naturalmente nossos pensamentos para o original.

É evidente que há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou a imaginação, se introduzem mutuamente com certo método e regularidade. E isto é tão visível em nossos pensamentos ou conversas mais sérias que qualquer pensamento particular que interrompe a seqüência regular das ideias é imediatamente notado e rejeitado (HUME, 2000, p. 39).

Como objetos da razão, isto é, da investigação humana, as associações de ideias classificam-se em relação de ideias e relação de fatos. As primeiras correspondem às ciências matemáticas, cujas ideias, imediatamente perceptíveis, são claras e distintas. Suas proposições, por isso, são demonstradas pela simples operação do pensamento e não dependem de algo existente em alguma parte do universo.

Outro é o caso da relação de fatos, a que correspondem todas as associações de ideias por causalidade. Aqui, o que conta não é o encadeamento lógico das ideias, mas a experiência: quem nunca tenha sofrido um ferimento não poderá jamais lhe associar a ideia de dor, pois na ideia de ferimento não há nada que conduza racional e necessariamente à de dor.

### O ceticismo

O ceticismo torna-se inevitável: o conhecimento científico, que sempre pretendeu guiar-se pela razão e pela evidência da intuição e da demonstração para estabelecer relações de causa e efeito,



tem bases não racionais, como a crença e o hábito. O que Hume diz é que somente existe nossa experiência de que uma coisa segue outra, que os padrões de uma experiência passada se repetem e dão a ilusão de causa e efeito, e simplesmente porque A foi seguido de B, tomo A como causa necessária de B. Assim, a experiência individual influi no padrão de arte e na percepção de beleza do indivíduo.

Hume diz que há uma probabilidade que resulta de uma superioridade de possibilidades a favor de uma das partes e, à medida que a superioridade aumenta, exercendo as possibilidades opostas, recebe um aumento proporcional gerando maior grau e crença.

Há algumas causas que são inteiramente uniformes e constantes na produção de determinado efeito e não apresentam nenhum exemplo de falha ou irregularidade em seu procedimento. Por exemplo: o fogo tem sempre queimado e asfixiado a todo ser humano. Embora não haja tal coisa como acaso no mundo, nossa ignorância da causa real de qualquer evento tem igual influência sobre o entendimento gerado equivalente tipo de crença ou opinião (HUME, 2000, p. 71).

Hume também afirma que há, contudo, outras causas que têm sido consideradas irregulares e incertas. Por exemplo: o ruibarbo (planta medicinal) nem sempre tem se mostrado purgativo as todas as pessoas que o tomam. Os filósofos não atribuem esta falha (quando a causa deixa de produzir seu efeito habitual) a uma irregularidade da natureza, pelo contrário, supõem que algumas causas desconhecidas, situadas na estrutura dos elementos, têm impedido a operação.

A teoria Humeana teve como consequência o “despertar” do filósofo iluminista Immanuel Kant (1724-1804) de seu “sono dogmático” e o fez criar sua filosofia crítica<sup>2</sup>. A estrutura do pensamento

anterior a Kant estava polarizada entre racionalistas e empiristas. Ao ler Hume, Kant buscou um modo de demonstrar que a razão não é soberana sobre as leis da natureza e não pode estabelecer relações de causalidade sobre elas. Pode apenas, através da repetição, fazer associações resultantes do hábito.

A recepção kantiana da tese defendida por Hume suscitou a proposta de modificar a maneira tradicional de construir a teoria do conhecimento, que buscava eliminar ou os sentidos, ou a razão. Assim sendo, essa nova proposta aliava a parte empírica à parte racional, ou seja, o método científico fundamentado nos *juízos sintéticos a priori*. Kant, ao perceber o movimento de Hume contra a metafísica, retirou-a do campo epistemológico e a colocou como fundamento da moral.

Assim, para Hume, o conhecimento se dá a partir da experiência. A razão nunca pode nos mostrar a conexão de um objeto com outro, a não ser através da experiência, e pela observação da conjunção deles em todas as ocorrências passadas. Contudo, quando a mente passa da ideia ou impressão de um objeto para a ideia ou crença de outro, esse processo não é determinado pela razão, mas por certos princípios que associam as ideias desses objetos e reúnem-nos na imaginação.

### O Método de Hume

Hume quisera ser Newton. O subtítulo de seu *Tratado da Natureza Humana* é, nesse sentido, bastante esclarecedor: “Uma tentativa de introdução do método de raciocínio experimental nas ciências morais”. A análise psicológica do entendimento operada por Hume parece, à primeira vista, muito próxima da de Locke.

Ele parte do princípio de que todas as nossas “ideias” são cópias das nossas “impressões”<sup>3</sup>, isto é, dos dados empíricos:

<sup>2</sup> Entendida como a faculdade da razão de se auto criticar e estabelecer seus limites.

<sup>3</sup> Percepções instantâneas de objetos que nos afetam e pelos sentidos são levadas ao intelecto.





impressões de sensação, mas, também, impressões de reflexão (emoções e paixões). Não é este o ponto de vista tradicional do empirismo que vê na experiência a fonte de todo saber?

Na realidade, o método de Hume pode ser apresentado de maneira mais moderna. Sua filosofia coloca, sob o nome de "impressões", aquilo que Bergson mais tarde denominará os dados imediatos da consciência e que os fenomenologistas denominarão *a intuição originária ou o vivido*. Ao falar de fenomenologia contemporânea, Gaston Berger escrevia: É preciso ir dos conceitos vazios, pelos quais uma idéia é apenas visada, à intuição direta e concreta da idéia, exatamente como Hume nos ensina a retornar das idéias para as impressões. (SARTRE apud BERGER, 2002, p. 542).

Para Hume, ir da idéia à impressão consiste em apenas perguntar *qual é o conteúdo da consciência que se oculta sob as palavras*. Fala-se de substância, de princípios, de causas e efeitos etc. Que existe verdadeiramente no pensamento quando se discorre sobre isso? As quais impressões vividas correspondem todas essas palavras? Aquilo que Hume chama de impressão e que ele caracteriza pelos termos "*vividness*", "*liveliness*" é o pensamento atual, vivo, que se precisa redescobrir sob as palavras (no empirismo de Hume, diz Laporte, há que ver "antes o ódio ao verbalismo do que o preconceito do sensualismo").

Aos olhos de Hume, a noção de causalidade<sup>4</sup> é muito enigmática porque, em nome desse princípio de causalidade, a todo momento afirmamos mais do que vemos, não cessamos de ultrapassar a experiência imediata. Por exemplo, em nome do princípio de causalidade (as mesmas causas produzem os mesmos efeitos ou o aquecimento da água é causa da ebulição), afirmo que a água que acabo de pôr no fogo

vai ferver; prevejo a ebulição dessa água, portanto, tiro "de um objeto uma conclusão que o ultrapassa".

Hume não encontrará, em nenhum setor da experiência, uma impressão concreta de causalidade que torne legítima essa idéia de causa que pretendemos ter:

a) Consideremos, de início, a experiência externa: vejo que o movimento de uma bola de bilhar é seguido do movimento de outra bola com que a primeira se chocou, assim como vejo que o aquecimento é seguido da ebulição: vejo, então, que o fenômeno A é seguido do fenômeno B. Mas o que não vejo é o porquê dessa sucessão. É certo que posso repetir a experiência e que, cada vez em que a repito, o fenômeno B se segue ao fenômeno A. Mas isto não esclarece nada.

b) Examinemos agora essa experiência, simultaneamente interna e externa, que faço a todo momento em que sinto o poder da minha consciência sobre meu corpo. Não terei aqui a chave do princípio de causalidade. Se quero levantar o braço, levanto-o. Não é evidente que minha vontade é a causa do movimento de meu corpo? Mas, se refletirmos bem, essa experiência não é menos clara do que a precedente. Constato duas coisas: inicialmente, que quero levantar o braço, em seguida, que ele se levanta.

c) Quer dizer enfim da experiência puramente interior da sucessão de minhas próprias idéias? Deve admitir que minha reflexão atenta é causa das idéias que me ocorrem? Mas, de saída, segundo os casos ou os momentos, as idéias ocorrem ou não. Pela manhã, elas ocorrem melhor do que à tarde (em alguns) e melhor antes da refeição do que após. Ainda aqui constato a existência de uma sucessão entre meu esforço de atenção e minhas idéias, mas não vejo conexão necessária entre os dois fatos.

Por conseguinte, a conclusão se impõe. Não existe nenhuma impressão autêntica da causalidade. O que acontece é que eu acredito na causalidade e Hume explica essa *crença*, partindo do hábito e da

<sup>4</sup> No entender de Hume não existe lei de causalidade, tudo depende do hábito, nada garante que o sol ira nascer amanhã, por exemplo.



associação das idéias. Por que será que espero ver a água ferver quando a aqueço? É porque, responde Hume, aquecimento e ebulição sempre estiveram associados em minha experiência e essa associação determinou um hábito em mim. Coloco a água no fogo e afirmo, em virtude de poderoso hábito: vai ferver.

Hume afirma que se for estabelecida "uma conclusão que projeta no futuro os casos passados de que tive experiência", é porque a imaginação, irresistivelmente arrastada pelo peso do costume, resvala de um evento dado àquele que comumente o acompanha. Aparento antecipar a experiência quando, na verdade, cedo a uma tendência criada pelo hábito. Por conseguinte, a necessidade causal não existe realmente nas coisas. *"A necessidade é algo que existe no espírito, não nos objetos."*

### O Empirismo

O empirismo de Hume surge então como um ceticismo; explicar psicologicamente a crença no princípio de causalidade é recusar todo valor a esse princípio. De fato, *não existe, na idéia de causalidade, senão o peso do meu hábito e da minha expectativa.* Espero invencivelmente a ebulição da água que coloquei no fogo. Mas essa expectativa não tem fundamento racional.

O princípio de causalidade, inteiramente explicado por uma ilusão psicológica, não tem o menor valor de verdade. Pascal, que já esboçara essa análise psicológica da indução, dizia em fórmula surpreendente: *"Quem reduz o costume a seu princípio, anula-o"*.

Segundo Hume é também a imaginação que identifica o eu com o que ele possui ou, como dizemos, o ser e o ter. Em última instância, eu tenho reputação e mesmo lembranças, idéias e sonhos do mesmo modo que tenho esta roupa ou esta casa. É simplesmente a imaginação, hábil em mascarar a descontinuidade de todas as

coisas, que facilmente desliza de um estado psíquico a outro e constrói o mito da personalidade, coleção de haveres heteróclitos que é dado como um ser. Pois, ou eu sou meus "estados" e minhas "qualidades" e não sou eu mesmo, ou então sou eu mesmo e nada mais.

Só que Hume é o primeiro a reconhecer que seu ceticismo, por mais absoluto que seja, é artificial. Hume, como todo mundo, quando coloca a água no fogo, está persuadido de que ela vai ferver. Quando reflete como filósofo, em seu gabinete, ele é cético. A crença no princípio de causalidade, absurda no plano da reflexão, é natural, instintiva. A teoria de Hume, por conseguinte, é simultaneamente um dogmatismo instintivo e um ceticismo reflexivo.

Ceticismo e dogmatismo não se apresentam nele segundo os domínios do saber, mas segundo os níveis do pensamento. Ninguém mais do que ele separou filosofia e vida. Ele filosofa ceticamente segundo uma reflexão rigorosa e dissolvente. Podemos então qualificar, de certo modo, como "humorístico" o ceticismo desse filósofo inglês que, por outro lado, ousou dizer que convinha a um cavalheiro pensar como os *whigs*... e votar como os *tories*.

Essa complexidade da filosofia de Hume torna mais difícil a elucidação de sua filosofia religiosa. Consideremos, por exemplo, o célebre *Ensaio Sobre os Milagres*. Ele parece ter sido escrito sob a ótica da filosofia das luzes: o milagre é impossível porque contraria a experiência, as leis da natureza.

Em suma, Hume se apóia no determinismo físico para rejeitar a realidade do milagre e no determinismo psicológico para explicar sua ilusão tenaz. *Mas como Hume pode apoiar-se no determinismo, uma vez que sua crítica da causalidade fez desse próprio determinismo uma ilusão psicológica?* Pascal, fundamentava-se precisamente numa crítica análoga à de Hume para afirmar a possibilidade do



milagre. Ressuscitar, dizia, não é mais misterioso do que nascer. "O costume torna um fácil, sua falta torna o outro impossível: popular maneira de julgar".

O ceticismo de Hume é um psicologismo. Hume questionou esta crença, notando que se é óbvio que nos apercebemos de dois eventos, não temos necessariamente de aperceber uma conexão entre os dois. E como havemos nós de nos aperceber desta misteriosa conexão senão através da nossa percepção?

Hume sugeriu duas justificações possíveis e rejeitou ambas. O problema permaneceria em aberto, até que Karl Popper<sup>5</sup> o solucionou. A primeira justificativa avançada por Hume é que por razões de necessidade lógica, o futuro tem de ser semelhante ao passado. Porém, Hume nota que podemos conceber um mundo errático e caótico onde o futuro não tem nada que ver com o passado ou então, mais submissamente, um mundo tal como o nosso até ao presente, até que certo ponto as coisas mudam completamente.

A segunda justificação, mais modestamente, apela apenas para a segurança passada da indução: sempre funcionou assim, por isso é provável que continue a funcionar. No entanto, como Hume lembrou, esta justificação apenas usa um raciocínio circular, justificando a indução por um apelo que requer a indução para ter efeito.

A questão da identidade pessoal torna-se assim uma questão de caracterizar a coesão frouxa da experiência pessoal vivida. (Notar que no Appendix do tratado, Hume diz misteriosamente que ele estava insatisfeito com o seu julgamento do Eu, sem no entanto ter regressado a esta questão.

Mas Hume negou que a razão tivesse algum papel importante em motivar ou desencorajar o comportamento. No fundo, a razão é apenas uma espécie de calculador

de conceitos e experiência. O que no fundo importa, diz Hume, é como nos sentimos em relação a esse comportamento. O seu trabalho gerou a doutrina do instrumentalismo, que declara que uma ação é razoável se e somente se ela serve os objetivos e desejos do agente, quaisquer que estes sejam.

Assim, se você quiser comer uma folha de alumínio, a razão lhe dirá onde encontrar uma folha de alumínio, e não haverá nada de irracional em a comer ou em o desejar. O instrumentalismo passará a ser uma visão ortodoxa da razão prática em economia, teoria das escolhas racionais e algumas outras ciências sociais. Mas alguns comentadores argumentam que Hume foi mais além do niilismo, e disse que não há nada de irracional em deliberadamente frustrar os seus próprios objetivos e desejos ("eu quero comer folha de alumínio, por isso deixa-me selar a minha boca").

Este argumento contra os fundamentos da moralidade na razão é hoje um dos argumentos pertencentes ao arsenal do anti-realismo moral. Conforme, Abbagnano (2001), o filósofo Humeano John Mackie argumentou que para os factos morais serem factos reais sobre o mundo e ao mesmo tempo, intrinsecamente motivastes, eles teriam de ser fatos muito estranhos. Temos pois todos os motivos para desacreditá-los.

Todos nós já notamos o aparente conflito entre o livre-arbítrio e o determinismo: se as nossas ações foram determinadas há milhões de anos atrás, como poderá ser que elas dependem de nós? Mas Hume notou um outro conflito, que torna o problema da livre vontade num denso dilema: a livre-vontade é incompatível com o indeterminismo.

Como é que alguém pode ser tido por responsável pelo seu caráter? A livre-vontade parece requerer o determinismo, porque senão o agente e a ação não estariam conectados do modo necessário por ações livremente escolhidas. Sendo assim, quase todos nós acreditamos no

<sup>5</sup> POPPER, Karl, *Conjecturas e refutações*. Coimbra: Almedina, 2003.



livre-arbítrio, a livre vontade parece inconsistente com o determinismo, mas a livre-vontade parece requerer o determinismo.

### A Causalidade e a Razão

Na visão de Hume, o comportamento humano, como tudo o mais, é causado (causal). Por isso mesmo, se tomamos as pessoas como responsáveis pelas seus atos, devemos focar a recompensa ou a punição de forma a que eles façam aquilo que é moralmente desejável e evitem aquilo que é moralmente repreensível.

Segundo Hume, a razão não é antagonista aos sentimentos do qual as duas são intimamente ligadas por associações. De tal maneira que a primeira ligado por associações de causa e efeito só se toma sentido quanto este é ligado pelas paixões. Assim, o belo, de pende da sutíliza do sentimento, uma vez que o sentimento sempre esta correto. O belo é uma construção, mediante a percepção pelos sentimentos de cada individuo particular.

Hume notou que muitos escritores falam do que deve ser, na base de enunciados acerca do que é. Mas parece haver uma grande diferença entre enunciados descritivos (o que é) e enunciados prescritivos (o que deveria ser). Hume apela aos escritores que tomem muito cuidado na mudança do enunciado de um estado para o outro. Nunca sem se dar uma explicação de como o enunciado-"deve ser" é suposto seguir ao enunciado-"é". Mas como exatamente é que se pode derivar o "deve" de um "é" ?

Essa questão, colocada num pequeno parágrafo de Hume, tornou-se uma das questões centrais da teoria da ética e costuma ser atribuída a Hume a opinião de que tal derivação é impossível. (Outros interpretam Hume como dizendo que não se pode ir de uma constatação factual a um enunciado ético, mas que se o pode fazer sem atender à natureza humana, isto é, sem prestar atenção aos sentimentos humanos).

Foi provavelmente Hume quem, juntamente com os seus colegas do Iluminismo escocês, avançou pela primeira vez a ideia de que a explicação dos princípios morais deverá ser procurada na utilidade que eles tendem a promover. Reale (1991) esclarece que o papel de Hume não deverá ser descrito com exagero, pois, foi o seu compatriota Francis Hutcheson que cunhou o slogan utilitarista "a maior felicidade para o maior número".

Mas foi através da leitura do "Tratado" de Hume que Jeremy Bentham sentiu pela primeira vez a força do sistema utilitário: ele "sentiu como se escamas tivessem caído dos seus olhos". No entanto, o "proto-utilitarismo" de Hume é muito peculiar, da nossa perspectiva. Ele não pensa que a agregação de unidades cardinais de utilidade será a fórmula para atingir a verdade moral.

Uma forma de apoiar a religião é por apelo a milagres. Mas Hume argumentou que no mínimo, os milagres não poderiam conferir muito apoio à religião. Há vários argumentos sugeridos pelo ensaio de Hume, todos eles à volta do seu conceito de milagre: nomeadamente a violação por Deus das leis da Natureza. Um argumento é o de que é impossível violar as leis da Natureza.

Outro argumento afirma que o testemunho humano nunca poderia ser suficientemente fiável para contra-ordenar a evidência que temos das leis da Natureza. Outro argumento, menos irredutível, mais defensável, é que devido à forte evidência que temos das leis da natureza, qualquer pretensão de milagre está sobre pressão desde o início e precisa de provas fortes para derrotar as nossas expectativas iniciais.

Este ponto tem sido aplicado sobretudo na questão da ressurreição de Jesus, onde Hume sem dúvida perguntaria "o que é que é mais provável? que um homem se erga dos mortos ou que este testemunho esteja incorreto de uma forma ou de outra?". Ou mais suavemente, "o que é mais provável? que o Uri Geller pode



realmente fazer dobrar colheres com a sua mente ou que isso seja algum tipo de truque?". Este argumento é a base do movimento cético e um assunto fundamental aos históricos da religião.

### Considerações finais

A noção de belo em Hume está atrelada à sensibilidade que o indivíduo deve ter ao contemplar a beleza. A finesse do espírito é fundamental para que o indivíduo possa se relacionar com o belo através do sentimento, visto que para Hume a única coisa verdadeira é sentimento.

A sensação da beleza e sua percepção pelo espírito depende muito da educação que este espírito recebeu. Com efeito, a dúvida que emerge no indivíduo acerca do que realmente é belo? Seria respondida com a sensibilidade desenvolvida pelo indivíduo e de acordo com sua educação. Por isso, o conceito de belo é determinado pela vivência do indivíduo acerca desta realidade e não por um Deus que a priori estabeleceu o que é belo e o que é feio.

Entre as artes, a superior é aquela de um produtor divino, o Demiurgo, que compôs o universo imitando as ideias verdadeiras e as formas imutáveis. Seguindo o Demiurgo, o legislador também concebe a comunidade humana de acordo com as Ideias do Bem, da Justiça e da Verdade. Em terceiro lugar na hierarquia, estão os poetas e os artistas que também visam aos ideais, mas, diferentemente do Demiurgo, eles podem falhar no conhecimento da realidade última, produzindo meras aparências da natureza sensível.

Por isso, a proposta de Hume resulta na impossibilidade de se estabelecer uma causalidade segura entre os eventos do conhecimento, porque a relação necessária que deveria existir na mente não implicaria na existência de fato de uma junção de causa e efeito. Portanto o filósofo inglês não acredita em um ponto fixo e metafísico para o saber, ou seja, o conhecimento

seguro, universal e necessário, mas num conhecimento sempre provável.

Portanto, para Hume a concepção de belo depende, sobretudo do conceito vivenciado mediante o sentimento e as afecções, é determinado externamente, pelo hábito, depende do método, da crença religiosa ou não do indivíduo. Contudo, não existe uma definição universal sobre o belo porque ele difere de cultura para cultura, sendo belo uma afecção empírica e não metafísica.

### REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRITO, A.N. de.. Hume e o empirismo na moral. *Philosophos*, São Paulo: 2001.
- DELEUZE, Gilles Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: 2004.
- HUME, David. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. Col. Os Pensadores. São Paulo Abril, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: UNESP, 2000.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MACKIE, J. L., *Hume's moral theory*. Nova Iorque: Routledge, 1980.
- POPPER, Karl, *Conjecturas e refutações*. Coimbra: Almedina, 2003.
- REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. Paulinas. São Paulo. 1991.
- SARTRE, J. P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SCHNEEWIND, J.B. *A invenção da autonomia: uma história da filosofia moral moderna*. São Leopoldo, Unisinos, 2001.